Demonstrações Financeiras

Kid Participações S.A.

31 de dezembro de 2025

Kid Participações S/A

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

Índice

Demonstrações financeiras
Balanço patrimonial 2
Demonstração do resultado 4
Demonstração do resultado abrangente 5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 6
Demonstração do fluxo de caixa 7
Notas explicativas às demonstrações financeiras 8

KID PARTICIPAÇÕES S/A

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.636	10.857
Contas a receber de clientes	5	154	158
Contas a receber - partes relacionadas	9	204	183
Estoques	6	17.290	16.780
Impostos a recuperar		14	1
Dividendos a receber		14.835	8.476
Outros ativos		133	3
Total do ativo circulante		54.266	36.458
Não circulante			
Contas a receber – partes relacionadas	9	8.246	4.808
Investimento	7	83.086	79.379
Imobilizado		65	99
Propriedade para investimento	8	9.968	9.980
Total do ativo não circulante		101.365	94.266
Total do ativo		**155.631**	130.724

Kid Participações S/A

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)--*(*continuação*)*

	Nota explicativa	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		5	-
Antecipação de Clientes		450	3.700
Obrigações trabalhistas		24	20
Obrigações fiscais		110	80
Dividendos Juros s/ Capital Próprio a Pagar	10	82.074	10.797
Outras Obrigações		14.423	22.878
Total do passivo circulante		97.086	37.475
Patrimônio líquido	10		
Capital social		50.000	50.000
Reserva de lucros		5.420	42.645
Ajustes de Avaliação Patrimonial		3.125	604
Total do patrimônio líquido		58.545	93.249
Total do passivo e patrimônio líquido		**155.631**	130.724

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Kid Participações S/A

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	11	**14.885**	2.460
Custo dos produtos e serviços vendidos		**(89)**	(7)
Lucro bruto		**14.796**	2.453
Receitas (Despesas) Operacionais			
Administrativas e Gerais	12	(444)	(361)
Depreciações e Amortizações	12	(174)	(166)
Equivalência Patrimonial		27.676	12.513
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	13	694	474
		27.752	12.460
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**42.548**	14.913
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		2.420	1.344
Despesas financeiras		(2.719)	(1.354)
		(299)	(10)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**42.249**	14.903
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		**(1.017)**	(353)
Lucro líquido do exercício		**41.232**	14.550
Quantidade ponderado de ações do capital social		**6.465**	6.465
Lucro básico e diluído por ação - R$		**6.377,73**	2.250,58

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Kid Participações S/A

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**41.232**	14.550
Outros Resultados Abrangentes	**3.125**	604
Resultado abrangente do exercício	**44.357**	15.154

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Kid Participações S/A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

			Reserva de lucros				
	Nota explicativa	**Capital social**	**Reserva legal**	**Reserva de capital de giro**	**Lucros acumulados**	**Ajuste de Avaliação Patrimonial**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		50.000	2.630	36.627	-	2.143	91.400
Lucro líquido do exercício		-	-		14.550	-	14.550
Destinação do lucro líquido do exercício:		-	728		(728)		-
Reserva legal	10 c)	-	-		-	(1.539)	(1.539)
Ajuste de avaliação Patrimonial	10 b)	-	-	(11.282)	(138)		(11.420)
Dividendos propostos	10 d)	-	-	13.942	(13.684)		258
Reserva de capital de giro	10 e)	-	-		14.550	-	14.550
Saldos em 31 de dezembro de 2024		50.000	3.358	39.287	-	604	93.249
Lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**41.232**	**-**	**41.232**
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	10 c)	**-**	**2.062**	**-**	**(2.062)**	**-**	**-**
Ajuste de avaliação Patrimonial	10 b)	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.521**	**2.521**
Dividendos propostos	10 d)	**-**	**-**	**(39.287)**	**(38.972)**	**-**	**(78.259)**
Reserva de capital de giro	10 e)	**-**	**-**	**-**	**(198)**	**-**	**(198)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**50.000**	**5.420**	**-**	**-**	**3.125**	**58.545**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Kid Participações S/A

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Lucro líquido do exercício		**41.232**	14.550
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa originário das atividades operacionais:			
Equivalência patrimonial		**(27.676)**	(12.513)
Depreciação e Amortização		**174**	166
		13.730	2.203
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		**4**	(30)
Contas a receber – partes relacionadas		**(3.459)**	(997)
Estoques		**(708)**	(1.229)
Impostos a recuperar		**(13)**	-
Outros ativos		**(130)**	(1)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		**5**	(8)
Obrigações fiscais		**979**	311
Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outras obrigações		**(11.701)**	2.201
Caixa gerado nas atividades operacionais		**(1.293)**	2.451
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos		**(949)**	(310)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**(2.242)**	2.141
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Propriedades para investimento		**(328)**	(266)
Investimento		**(50)**	-
Aquisições de imobilizado		**-**	(43)
Dividendos recebidos		**17.860**	7.448
Ajustes de avaliação patrimonial		**2.521**	(1.539)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		**20.003**	5.600
Fluxo de caixa de operações de financiamentos:			
Dividendos pagos	10 d)	**(6.982)**	(6.801)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos		**(6.982)**	(6.801)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		**10.779**	939
Caixa e equivalente de caixa - no início do exercício		**10.857**	9.918
Caixa e equivalente de caixa - no fim do exercício		**21.636**	10.857

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

A Kid Participações S.A. ("Companhia") com sede em São José do Rio Preto-SP, tem por objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, compra e venda de imóveis, locação de bens, loteamento e incorporação de bens.

2. Aspectos Societários

O maior investimento em participação societária está vinculado ao controle acionário das empresas Rer Participações S/A e Rkbens Participações e Empreendimentos S/A.

Em 31 de outubro de 2013, a Kid Participações S/A, constituiu uma Sociedade em Conta de Participação (SCP's), denominada SCP-Empreendimento Loteamento São Rafael, cujo objeto social é a compra, venda, locação, desmembramento e loteamentos, incorporações imobiliárias e construções de imóveis.

3. Práticas contábeis materiais

3.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

3.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$) e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Base de elaboração—continuação

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

c) Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise das contas a receber em atraso, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas na sua realização.

d) Estoques

Estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios. Ele é contabilizado pelo valor do custo e reconhecido no ativo e mantido nos registros até que as respectivas receitas sejam reconhecidas.

e) Propriedades para investimentos

i) Imóveis acabados

São propriedades mantidas para auferir receita de aluguel. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo por meio da elaboração de laudo de avaliação feito por empresa especializada. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

O custo incluiu a despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário incluiu os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Base de elaboração—continuação

ii) Custos subsequentes à aquisição da propriedade

São capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

f) Tributação

A base de cálculo do imposto de renda em cada trimestre, é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 8% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R$ 60. A base de cálculo da contribuição social em cada trimestre, é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 12% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustada na forma legal, calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável excedente a R$60.

g) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

g.1) Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

ii) Empréstimos concedidos e recebíveis: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável,

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Base de elaboração—continuação

quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

g.2) Passivos financeiros

São classificados de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos, sendo somente da categoria passivos financeiros não mensurados ao valor justo os passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

h) Reconhecimento de receitas

A receita nas atividades de administração e locação de imóveis é reconhecida no período a que se refere o esforço de administrar o bem, ou de colocá-lo à disposição do locatário, e compreende o valor da taxa de administração ou do aluguel, independentemente do recebimento do valor contratado.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos mensalmente, respeitando, em especial, os Princípios da Oportunidade, Competência e Confrontação das Receitas e Despesas.
Os estoques compreendem bens adquiridos e destinados à venda, como terrenos e outros imóveis para revenda. O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

i) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

j) Lucro por ação

Calculado com base na quantidade média de ações do capital social durante os exercícios.

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Base de elaboração—continuação

k) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia avaliou as normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma), e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao
Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Base de elaboração—continuação

k) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--continuação

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2025

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras
A Coordenadoria Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) torna pública a aprovação pelos membros do CPC, de acordo com as disposições da Resolução CFC nº. 1.055/05 e alterações posteriores, do Pronunciamento Técnico CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente.

No Brasil, o CPC 26 será substituido pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado,

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Base de elaboração—continuação

l) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--continuação

não se espera alterações substanciais na atual legislação.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia está atualmente avaliando os potenciais impactos na aplicação dessa norma.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

• Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.

• Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Base de elaboração—continuação

m) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--continuação

características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.

• Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.

• Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contabeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Base de elaboração—continuação

n) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--continuação

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

• Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos.

• Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.

• Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

4. Caixa e Equivalentes de caixa e outros ativos financeiros

	2025	2024
Caixa e bancos	**17**	1.710
Investimentos em ações (a)	**21.619**	9.147
	21.636	10.857

(a) Investimentos em ações

Compõem-se substancialmente de ações com disponibilidade imediata de negociação na BM&FBOVESPA. A carteira de ações está custodiada na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC. Estão demonstrados pelo valor de mercado com base na média das cotações do último dia de pregão em que tenha havido maior volume de negociações.

5. Contas a Receber de Clientes

	2025	**2024**
Contas a receber de clientes nacionais	**154**	158

Para determinar a recuperação do contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

6. Estoques

	2025	**2024**
Imóveis para comercialização	17.290	16.780

São ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios, o custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Quando os estoques são vendidos, o custo escriturado desses itens deve ser reconhecido como despesa do período em que a respectiva receita é reconhecida.

7. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia controla ou participa em outras sociedades cujo contexto operacional é resumido a seguir:

RER Participações S/A, participação de 30% no capital social, sediada na cidade de São José do Rio Preto/ SP, tem como objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, locação de bens, pecuária, agropecuária e agricultura.

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A, participação de 40% no capital social, sediada na cidade de São José do Rio Preto/ SP, tem como objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, compra e venda de imóveis, loteamento e incorporação imobiliária e locação de bens.

Sociedade em Conta de Participação Empreendimento Loteamento São Rafael, participação de 50% no capital social, sediada na cidade de São José do Rio Preto/ SP, tem como objeto social a compra, venda, locação, desmembramento e loteamentos, incorporações imobiliárias e construções de imóveis.

As principais informações das controladas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são as seguintes:

	Qt de Cotas	Part. (%) no Capital Social		Capital Social	Patrimônio Líquido		Lucro (prejuízo) Período	
	2025	2025	2024	2025	2025	2024	2025	2024
RER Participações S/A	**7.000.000**	**30**	30	**120.000**	**168.602**	170.728	**27.897**	25.498
Rkbens Partic. e Empr. S/A	**45.000.000**	**40**	40	**45.000**	**77.703**	65.353	**47.242**	11.341
SCP-Empr. Lot. S. Rafael	**872**	**50**	50	**2.848**	**2.848**	4.039	**819**	655

Movimentação dos investimentos em controladas avaliada pelo método de equivalência patrimonial:

Controlada	31/12/2024	Integralização AFAC	Equivalência Patrimonial	Dividendos aprovados	Outros	31/12/2025
Investimento:						
RER Participações S/A	**51.219**	**-**	**8.369**	**(9.007)**	**-**	**50.581**
Rkbens Particip. e Empr. S/A	**26.141**	**-**	**18.897**	**(13.957)**	**-**	**31.081**
SCP-Empr. Lot S. Rafael	**2.019**	**50**	**410**	**(1.055)**	**-**	**1.424**
Total	**79.379**	**50**	**27.676**	**(24.019)**	**-**	**83.086**

Controlada	31/12/2023	Integralização AFAC	Equivalência Patrimonial	Dividendos aprovados	Outros	31/12/2024
Investimento:						
RER Participações S/A	52.583	-	7.649	(9.012)	-	51.219
RkBens Particip. e Empr. S/A	23.759	-	4.536	(2.411)	258	26.141
SCP-Empr. Lot S. Rafael	2.089	-	328	(400)	-	2.019
Total	78.431	-	12.513	(11.823)	(258)	79.379

8. Propriedades para investimento

De acordo com o CPC 28, a empresa poderá adotar critério de mensuração a valor justo. Em 2025, a Companhia manteve suas propriedades para investimento demonstradas ao valor de custo histórico, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado.

	2025	2024
Terrenos	**8.304**	8.304
Edifícios e Construções	**1.518**	1.799
Obras em andamento	**146**	17
Total	**9.968**	9.980

A movimentação do custo das propriedades para investimento ao longo do período é como segue:

	Saldo 2024	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2025
Terrenos	**8.304**	**200**	**-**	**(200)**	**8.304**
Edifícios e Construções	**3.512**	**-**	**-**	**-**	**3.512**
Obras em andamento	**17**	**146**	**-**	**(17)**	**146**
	11.833	**346**	**-**	**(217)**	**11.962**

	Saldo 2023	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2024
Terrenos	8.394	-	(90)	-	8.304
Edifícios e Construções	3.512	-	-	-	3.512
Obras em andamento	841	266	(1.090)	-	17
	12.747	266	(1.180)	-	11.833

A movimentação da depreciação ao longo do período é como segue:

	Saldo 2024	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2025
Edifícios e Construções	(1.853)	(141)	-	-	(1.994)

	Saldo 2023	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2024
Edifícios e Construções	(1.713)	(140)	-	-	(1.853)

Em 31 de dezembro de 2022, o valor em relação ao valor justo, com base em avaliações realizadas pela empresa Global Consult – Tecnologia e Serviços Ltda, avaliadores independentes, representa R$132.984 milhões.

9. Transações com Partes Relacionadas

	2025	2024
Ativo circulante (alugueis a receber):		
Facchini S/A	**204**	183
Ativo não circulante:		
Rkbens Participações e Empreendimentos S/A	**2.366**	2.092
Rer Participações S/A	**5.880**	2.716
	8.246	4.808
Transações:		
Serviços:		
Aluguéis à Facchini S/A	**2.330**	2.124

As transações referem-se a aluguel de imóveis industriais junto à Facchini S/A.

10. Patrimônio Liquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o capital social subscrito e integralizado é composto por 6.465 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Ajustes de avaliação patrimonial

Correspondem aos ativos financeiros (aplicações financeiras), avaliados a valor justo, destinadas à negociação ou disponíveis para venda.

c) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos

De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido anual ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/76.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**41.232**	14.550
(-) Reserva legal	**(2.062)**	(728)
Lucro líquido do exercício ajustado	**39170**	13.822
Dividendos mínimos obrigatórios – (1%)	392	138
Dividendos adicionais aprovados	78.867	11.282
Saldo de dividendos do ano anterior	10.797	6.178
(-) Dividendos pagos no exercício	(6.982)	(6.801)
Saldo de dividendos a pagar	82.074	10.797

10. Patrimônio Liquido--Continuação

d) Dividendos--continuação

Foi aprovado em 30 de abril de 2025, a distribuição de lucros no valor total de R$ 10.000 (2024 - R$ 11.400).

No dia 31 de dezembro de 2025, a Companhia deliberou através da Ata de Reunião Extraordinária de Sócios a distribuição dos Lucros Acumulados apurados até 31 de dezembro de 2024, no montante de R$ 39.089, e determinou distribuição dos lucros até 30 de junho de 2025, no montante de R$8.988, conforme balanço intermediário especialmente levantado para esse fim e, ainda, todos os lucros apurados entre julho e dezembro de 2025, conforme demonstrações financeiras do exercício social de 2025.

A fim de que esses lucros não sejam tributados conforme a Lei nº 15.270 de 26 de novembro de 2025, os dividendos declarados serão pagos, creditados, empregados, integralizados no capital social, entregues, ou remetidos aos usufrutuários ou acionistas, de forma proporcional à participação societária, em uma ou mais parcelas, até 31 de dezembro de 2028.

Essas medidas foram tomadas pois, a partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2026, o pagamento, o creditamento, o emprego ou a entrega de lucros e dividendos por uma mesma pessoa jurídica a uma mesma pessoa física residente no Brasil em montante superior a R$ 50 em um mesmo mês ficará sujeito à retenção na fonte do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas à alíquota de 10% sobre o total do valor pago, creditado, empregado ou entregue.

Em 2025 a Companhia optou por não pagar juros sobre o capital próprio.

e) Reserva para Capital de Giro

Conforme requerido pelo Art. 202, Parágrafo 6º. da Lei 6.404/76, complementada pela Lei 10.303/01, o saldo desta reserva refere-se à destinação do valor remanescente dos lucros não distribuídos expansão da Companhia, proposta esta que será submetida à apreciação na Assembleia Geral Ordinária.

11. Receita Operacional Liquida

	2025	2024
Receita operacional bruta:		
Mercado interno – Receita de aluguéis	**15.452**	2.553
(-) Impostos sobre aluguéis	**(567)**	(93)
Receita operacional líquida	**14.885**	2.460

12. Gastos por Natureza

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2025	2024
Despesas por natureza:		
Despesas c/ pessoal	**(140)**	(120)
Impostos, taxas e contribuições	**(122)**	(124)
Despesa de depreciação e amortização	**(174)**	(166)
Serviços de terceiros	**(136)**	(43)
Outras despesas	**(46)**	(74)
Total	**(618)**	(527)
Classificadas como:		
Despesas gerais e administrativas	**(444)**	(361)
Depreciações e amortizações	**(174)**	(166)
Total	**(618)**	(527)

13. Outras Receitas (despesas) operacionais líquidas

	2025	2024
Dividendos recebidos	**460**	274
Juros sobre capital Próprio	**234**	200
	694	474

14. Resultado Financeiro

	2025	2024
Receitas Financeiras:		
Receita de aplicação financeira	**669**	25
Ganhos c/ investimentos	**1.751**	1.319
	2.420	1.344
Despesas Financeiras:		
Perdas c/ investimentos	**(2.709)**	(1.339)
Despesas Bancárias	**(10)**	(15)
	(2.719)	1.354
Total	**(299)**	(10)

15. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 31 de dezembro de 2025.

São José do Rio Preto/SP, 31 de dezembro de 2025.

EUCLIDES FACCHINI NETO:32635895805

Assinado digitalmente por EUCLIDES FACCHINI NETO:32635895805
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=19842184000165, OU=Presencial, OU=Certificado PF A3, CN=EUCLIDES FACCHINI NETO:32635895805
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.04.30 11:28:06-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

Euclides Facchini Neto
Diretor Presidente

MARIA JISLAINE ISAIAS BENTO:01892314835

Assinado digitalmente por MARIA JISLAINE ISAIAS BENTO:01892314835
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=19842184000165, OU=Presencial, OU=Certificado PF A3, CN=MARIA JISLAINE ISAIAS BENTO:01892314835
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.04.30 11:27:31-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

Maria Jislaine Isaias Bento
Contadora
CRC 1SP159.572/O-2